



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Tairine Cristina Santana de Souza - Universidade Federal
da Bahia - UFBA
tairinekageran@gmail.com

DA PERSPECTIVA SANKOFA: A Frente Negra Brasileira e educação na década de 30 do século XX

FROM THE SANKOFA PERSPECTIVE: The Brazilian Black Front an education in the 1930s

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de resgatar a importância da mobilização social negra, na luta contra as discriminações étnico raciais e apagamento cultural. Numa perspectiva do conceito de sankofa, desde a década de 30 no Brasil, para destacar ações da Frente Negra Brasileira na valorização e educação da população negra.

Palavras-chave: Sankofa; Frente Negra Brasileira; Resgate.

ABSTRACT

This article aims to recapture the importance of Black social mobilization in the fight against ethnic and racial discrimination and cultural erasure. From the perspective of the concept of sankofa, dating back to the 1930s in Brazil, it highlights the actions of the Brazilian Black Front in the valorization and education of the Black population.

Keywords: Sankofa; Brazilian Black Front; Recovery.

Introdução

Os textos enviados para a revista devem ser escritos em português e este texto serve de modelo para a digitação do artigo, siga-o.

O artigo deve ter, no mínimo, 12 e, no máximo, 18 páginas, incluindo tabelas, quadros e figuras; deve ser redigido em língua portuguesa, utilizando Word for Windows ou compatível e ser salvo em formato doc. Deve apresentar espaçamento 1,5 entre linhas, fonte Arial, tamanho 12. O recuo na primeira linha de cada parágrafo deve ser de 2,5.

Depois da Introdução (caracterizando a pesquisa, a justificativa que levaram à escolha do tema, bem como seus objetivos), devem vir as demais seções. O presente texto é fruto do trabalho de conclusão de curso em Pedagogia, intitulado Sankofa: movimento negro no Brasil e luta pela educação, sob a orientação da professora Doutora Dyane Brito Reis, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Sankofa é a palavra pela qual esta pesquisa foi inspirada. Sem Sankofa, o que somos? Como viver o presente sem conhecer o passado?

A história das sociedades é marcada por conflitos, guerras, batalhas, ressignificações, silenciamentos, pagamentos, lutas e conquistas. Nesse sentido, para compreender minimamente as tensões, os elementos e consequências do passado no presente, é preciso que retomemos a história. Não estamos nos referindo aqui ao passado numa perspectiva hegemônica, ou seja, é revisitar conhecer a história a partir de um ponto de vista centrado nas elites e heroínas brancas, mas propondo a perspectiva descolonizadora de perceber e analisar as histórias das sociedades, para além de um única história.

A história do povo negro, mediante contato com outras raças, os povos leucodérmicos – raça no sentido político e social - foi marcada pela sua inferiorização e desumanização. A concepção de que existe uma hierarquia entre povos, construiu social e historicamente sociedades e culturas supervalorizadas de um lado e inferiorizadas de outro, assim como ideologias, crenças e epistemologias que ratificaram e permitiram a manutenção dessa do racismo.

Assim, o racismo, preexistente até mesmo à criação do conceito de raça, apresenta-se também como elemento de elaboração histórico e social, como afirma Moore (2007). Ao corroborar com a concepção de racismo apresentada por Moore (2007), ressalto ainda que, para além de construção histórica e social ele se materializa

em estruturas, imaginários e representações que utiliza-se de diversos mecanismos de poder para sua produção, disseminação e reprodução.

Os estudos de Moore (2007), apresentam interessantes contribuições para compreendermos a história do racismo na humanidade, o autor no seu livro *Racismo e Sociedade* traz contribuições importantes, por meios de pesquisas, sobre as primeiras evidências do racismo, o proto-racismo. O proto-racismo seria assim, as práticas e relações estabelecidas entre melanodérmicos (pretos) e leucodérmicos (brancos) na Grécia Antiga e Roma, a partir de um ponto de vista europeu. Os fsiognomistas acreditavam que a aparência física, o fenótipo, era determinante sobre um povo, assim, acreditavam que o povo negro era inferior, pois não possuíam as características físicas que representassem coragem, bondade e inteligência.

Compreender o racismo, exige de nós um doloroso exercício de revisitar mecanismos simbólicos e práticos de vida cotidiana, faz-se necessário o resgate histórico das bases epistemológicas para que possamos criar possibilidades para o desvelamento de uma consciência histórica. A consciência histórica é a “[...] soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”(Rüsen, 2001 apud Alves, p. 1-2, 2007).

Dessa forma, a consciência histórica faz parte da construção de uma visão de mundo, situando-se no tempo histórico e de que maneiras os acontecimentos passados influenciam/ determinam o presente. Esta consciência nos permite refletir que o Ser além de sujeito histórico é também a possibilidade de transformação social, na medida que a criticidade perpassa também a noção de Ser.

Portanto, resgatar a história é um movimento de rasura, na busca da compreensão das relações de poder que perpassam raça, classe, gênero, religião e etc.. O resgate de um passado negado, sepultado e marginalizado traduz a necessidade que a perspectiva Sankofa possui ao compreender a história, bem como valorizá-la sob a percepção das relações raciais e outras narrativas.

A palavra Sankofa de origem africana, é representada por um ideograma que apresenta conceito filosófico e possui grande representatividade para a cultura africana, como por exemplo, os povos de Akan. Sua etimologia está atrelada a duas outras palavras, são elas Sanko = voltar e fá = buscar, trazer, sendo assim, o ideograma Sankofa configura-se como um resgate, algo que precisa ser resgatado, pois foi “deixado para trás”.

Os ideogramas são ideias ou conceitos representados por desenhos, que significam “o desenho de uma ideia” e faz parte de um dos quatro caracteres chineses. Os ideogramas nascem a partir da combinação dos pictogramas – representações por meio de imagens – com conceitos abstratos (Mendoza, 2014). Assim, de acordo com Mendoza (2014), é preciso compreender que este tipo de escrita transcende a fala, por isso, sua relevância conceitual, histórica e cultural.



Fonte: Blog do Núcleo de Negras e Negros – Irmandade Sankofa.

Disponível em: <http://irmandadesankofa.blogspot.com/>.

Na figura acima, temos o pássaro Sankofa, com a cabeça voltada para trás, que representa exatamente a volta ao passado, o resgate da história, saliento ainda que, não basta apenas ter uma consciência voltada para trás como também faz-se necessário a projeção do futuro – representado por um feto – e compreensão do presente.

O ideograma Sankofa faz parte do sistema de símbolos e conceitos gráficos que são chamados de Adinkra, que possuem significados complexos e expressam conceitos filosóficos (Nascimento, 1994). Para compreender o significado e a representatividade que possui a palavra Sankofa, é necessário levar em conta os aspectos culturais, históricos e mitológicos desses povos.

Ao se falar dos aspectos culturais é importante levar em consideração os modos de vida e as relações sociais que eram baseadas na preservação da história, por meio da história oral e que os símbolos Adinkra eram formas de escrita pré-existente ao que se chama de

“pré-história”. Queremos dizer que, o marco da transição entre a considerada “pré-história” e história numa perspectiva eurocêntrica é o surgimento da escrita, porém Nascimento (1994) afirma que a escrita já teria surgido em África antes mesmo desse processo transitório, os ideogramas e pictogramas são evidências dessa afirmação.

O ideograma sankofa significa “voltar e apanhar de novo. Aprender do passado, construir sobre as fundações do passado [...]” (Nascimento, 1994, p.21). Assim, a volta ao passado não é para ficar somente preso a ele, o que propõe o Sankofa é um resgate da história para ressignificá-la e construir outras percepções e narrativas atreladas a valorização e afirmação da cultura e história africana e afro-brasileira.

Sankofa é a busca por uma história não hegemônica, ou seja, que não esteja interessada numa padronização e único ponto de vista, uma história que rompe com a concepção eurocêntrica de pensar e ver o mundo, as relações.

Destarte, a partir de Sankofa que esta pesquisa se debruça resgatar o legado da Frente Negra Brasileira, organização social negra que surgiu no país na década de 30.

Frente Negra Brasileira

Não se contentando em apenas denunciar o racismo e a discriminação, um grupo de pessoas negras que trabalhavam como redatores de jornais da imprensa negra, como também compunham a “elite negra” da década de 30, deram grande um passo à frente na luta por educação, tendo em vista o contexto social, político e econômico do Brasil, surge então o primeiro movimento nacional social negro do período pós-abolição, a Frente Negra Brasileira.

A elite negra, paulista, era composta por homens negros que sabiam ler e escrever, ou seja, alfabetizados, e estavam passando por um processo de conscientização racial, além de estarem interessados em promover ações que elevassem a condição da negra na sociedade (Oliveira, 2002).

Já existiam no Brasil, especialmente em São Paulo, Clubes Recreativos e Associações que se preocupavam com a socialização, fortalecimento e entretenimento do povo negro. Sendo assim, a “população de cor”, como era chamado na época, criou possibilidades de viver e promover momentos de lazer e socialização, já que eram impedidas de frequentar os clubes e demais espaços sociais em que pessoas brancas estavam inseridas. O Centro Cívico Palmares foi também um marco na história da luta negra, ex-integrantes do Centro Cívico também fizeram parte da fundação da Frente Negra Brasileira. Vale ressaltar os três fatores que impulsionaram a criação da Frente.

O primeiro deles, diz respeito às condições sócio-econômicas dos negros na década de

30 do século XX. O povo negro encontrava-se no estado de total abandono pelas autoridades competentes, pois, mesmo libertos, não foram dadas condições básicas de sobrevivência no pós – abolição. Sem trabalho, pessoas negras foram totalmente deixadas à margem da sociedade brasileira. Segundo Florestan Fernandes, “toda essa situação de desamparo, abandono e pauperização do negro foi mais aguçada na cidade de São Paulo, exatamente o local de organização da Frente Negra” (Fernandes apud Oliveira, 2002, p.28).

O segundo fator foi a suposta ideia de existir uma harmonia racial no país. “[...] as teorias racistas do final do século XIX [...] dificultou e retardou a própria conscientização do negro, que interiorizava e realizava como verdadeira muitas teses e conclusões dessas teorias” (Oliveira, 2002, p.39), assim, para além das influências das teorias racistas, produzidas nas academias e legitimadas pela ciência, obras de autores brasileiros, como por exemplo, Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (2005), introduziu nas pessoas o sentimento de que viviam numa democracia racial. Foi um período de estereotipação da cultura e mestiçagem brasileira.

O terceiro e último elemento foi a Revolução de 30, no qual, as pessoas negras viram a possibilidade de ascender socialmente. A Revolução de 30 foi um marco na transição de uma sociedade pré - capitalista à capitalista, com ausência de modernização, que abriu espaço de intervenção das camponesas e preservação do autoritarismo no controle social (Oliveira, 2002).

Em 16 de setembro de 1931 na cidade de São Paulo, surge a Frente Negra Brasileira (FNB) por meio da articulação entre redatores de jornais, produtores e organizadores do Centro Cívico Palmares. Contudo, apenas em 12 de outubro de 1931 que o Estatuto da Frente foi aprovado na presença de cerca de mil pessoas, sendo que sua atuação perdurou cerca de 6 anos em São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, em ambos os espaços a bandeira de luta da FNB era a valorização moral dos negros e a garantia de uma educação de qualidade. De acordo com o Estatuto da Frente nos artigos 3º (terceiro) e 5º (quinto),

Art. 3º - A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física: assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra. [...] Art. 5º - Todos os meios legais de organização necessários à consecução dos fins da Frente Negra Brasileira serão distribuídos em tantos departamentos de ação

quantos forem precisos, constando de regulamento especial (Barbosa, 1998, p.111).

A Frente era estruturada através de departamentos, aos quais desempenhavam ações de acordo com suas especificidades. Assim eram: Departamento de Instrução e Cultura; Departamento Musical; Departamento Esportivo; Departamento Médico; Departamento de Imprensa; Departamento de Artes e Ofícios; Departamento Dramático; Campanha da Boa Vontade; Comissão de Moços; Departamento Jurídico-Social; e por último, Departamento Doutrinário (Barbosa, 1998, p. 106).

Depoimentos de ex-integrantes da Frente foram registrados e reunidos e publicados no livro Frente Negra Brasileira: depoimentos, por Márcio Barbosa. A presente obra foi uma das principais referências utilizadas aqui, sobre a organização da Frente. De acordo com Barbosa (1998),

As condições de vida eram precárias. A maioria era analfabeta, morava em cortiços e trabalhavam em subempregos.

Não houve políticas públicas no país que visassem proporcionar aos descendentes de africanos chances de conseguir uma boa qualidade de vida, ao contrário do que aconteceu com os imigrantes. No aspecto saúde a situação era tão grave que previa-se o desaparecimento da população negra e uma das causas seria a tuberculose (Barbosa, 1998, p. 15-16).

Assim, tendo em vista o alto nível de analfabetismo dos negros e subempregos, a Frente percebeu a extrema necessidade de existir um departamento responsável pelas ações de alfabetização, era o de Instrução e Cultura, que depois passou a ser chamado de Departamento de Instrução. A reivindicação por educação para as pessoas negras era mais uma, e talvez, a mais importante bandeira de luta da FNB, já que eram impossibilitados de frequentar a escola pública e até mesmo as escolas privadas, consequência de uma sociedade racista e eurocêntrica.

Segundo Domingues (2008), “[...] algumas escolas inscreviam nos estatutos a proibição da matrícula de ‘pessoas de cor’, independente da classe social” (Domingues, 2008, p.519). Assim, era necessário que na década de 30 grupos se mobilizassem para lutar contra todas as formas de opressão que assolavam o povo. Das (grifo nosso) bandeiras de luta, uma das prioritárias foi a da defesa da educação. Afinal, o analfabetismo era um dos principais problemas que a “raça negra” enfrentava (Domingues, 2008, p.518).

Neste sentido, FNB dentro do Departamento de Instrução passou a desenvolver um curso de alfabetização de jovens e adultos, é importante ressaltar que a escola da Frente Negra atendia também não negras (brancas e outros), que se encontravam numa conjuntura de negação à educação e outras necessidades básicas.

As tentativas da população negra de criar escolas após a abolição nem sempre foram exitosas, em virtude de vários fatores: falta de recursos, ausência de apoio estatal, precária qualificação pedagógica dos gestores dos projetos etc. (Domingues, 2008, P.519-520).

A educação era vista como forma de ascensão moral, dessa forma, era necessário que a consciência sobre a importância do estudo fosse algo disseminado entre seus pares, assim, a FNB utilizava-se do jornal – A Voz da Raça - para alertá-los e politizá-los. Tais publicações eram direcionadas ao povo negro, a exemplo: “Eduquemos mais e mais nossos filhos, dando-lhe uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações.” (A Voz da Raça, 28 out. 1933, p. 2 apud Santos, 2007, p. 522).

A frase que acompanhou todas as edições da Voz da Raça era “O preconceito de cor, no Brasil, só nós, os negros, podemos sentir”.



Fonte:<http://manmessias21.blogspot.com.br/2014/02/fatoshistoricos-importantes-do-dia-3.html>.

<http://manmessias21.blogspot.com.br/2014/02/fatoshistoricos-importantes-do-dia-3.html>.

Acesso em 11 de set. de 2016.

O jornal denunciava vários casos de racismo, como por exemplo, o de um pai que rejeita e humilha o filho porque se casara com uma negra. O truculento pai estendera uma faixa na entrada de sua casa, afirmando que seu filho tinha morrido porque se casara com uma negra. (Oliveira, 2002, p.63)

Denunciar o racismo não supriu as ausências das desigualdades raciais, era necessária ação. Os movimentos negros de diversas maneiras buscaram quebrar com o pensamento de inferioridade que foi construída desde a antiguidade com o proto-racismo (Moore, 2007). Foi importante e estratégico construir uma nova forma de pensar

e agir sobre, ou seja, transformar a realidade por meio de ação. Não distante disso, que o curso de alfabetização de jovens e adultos foi criado. Gomes (1997) aponta que,

A fase de denúncia nunca sairá da luta do povo negro. É preciso denunciar o racismo. Sempre. Entretanto, o amadurecimento da militância negra foi mostrado que além de denunciar era necessário, também, apresentar propostas, construir práticas alternativas, realizar pesquisas, investir na formação dos professores na luta contra o racismo e contra a discriminação racial na escola brasileira. (Gomes, 1997, p. 21)

Corroborando com Gomes (1997), é imprescindível reconhecer que os avanços na conquista de direitos para pessoas negras se deu através da luta de ativistas e militantes dos movimentos negros.

No contexto da década de 30 do século XX, as pessoas negras (sobre) viviam imersas em diversas mazelas causadas pelo racismo, sobretudo o analfabetismo. Segundo Santos (2007, p. 522), a educação era vista muitas vezes como a principal arma na “cruzada” contra o “preconceito de cor”. O curso de alfabetização de jovens e adultos foi criado pela Frente Negra Brasileira para atender a “população de cor”, com toda via, também atendia a população carente branca e até mesmo chineses, inclusive a escola estava situada num bairro cuja população majoritária era de imigrantes chineses.

Quando a Frente surgiu, muitos acreditavam que seus integrantes queriam promover uma segregação racial no Brasil, pelo contrário, os fretenegrinos pregavam pelo integralismo, queriam integrar a raça em toda vida nacional (Barbosa, 1998). É importante ressaltar que, os movimentos negros sempre tiveram a consciência de que o racismo marginalizou o povo negro, mas mesmo assim não possuía práticas de exclusão com qualquer grupo.

Mesmo preocupados com a raça, a Frente era nacionalista e defendia o patronovismo, além de não apresentar oposição ao governo Vargas, apoiava suas propostas e seus ideais autoritários e nacionalistas. O movimento nacionalista era anti-republicano e anti-esquerdista, queria o retorno da monarquia no país (Oliveira, 2002).

Nessa perspectiva, apesar do engajamento e luta da Frente, muitos aspectos ainda eram contraditórios no que tange a própria valorização da raça e construção política. Os fretenegrinos e outros grupos de militância negra da época, mesmo com um olhar diferenciado sobre o racismo na sociedade, ainda estavam de alguma forma presos a ele. As mulheres negras alisavam seus cabelos, pois tinham como padrão de

beleza e “elegância” as mulheres brancas de cabelos lisos, já os homens usavam ternos e roupas que eram consideradas finas. A “população de cor” acreditava ainda na existência de “vícios da raça”, algumas matérias do jornal *A Voz da Raça*, retrata essa concepção,

E havemos de vencer”. Vencer antes a nós mesmos; vencer as paixões ruins que nos dominam; as qualidades más, o álcool, o samba desenfreado, o descrédito imerecido; vencer a incompreensão, a cobiça, o orgulho, o despeito que vem confirmar a lúgubre frase de Patrocínio - inimigo do negro é o próprio negro (*A Voz da Raça*, ano III, nº 62, fevereiro de 1937. In: Maúes, Maria Angélica Motta, op.cit. apud Oliveira, 2002, p. 65)

Arrisco-me a afirmar que o que os negros chamavam de “vícios da raça” teria como causa o complexo de inferioridade que é apontado por Fanon (2008). O complexo de inferioridade foi construído no povo negro quando sequestrados da África e escravizados em/por diversos países. Segundo o autor,

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. (Fanon, 2008, p. 34)

Dessa maneira, a pessoa negra imersa num complexo de inferioridade, acredita que para superar os “vícios da raça” deve adotar a linguagem de seu colonizador (neste caso da elite branca) para se tornar moralmente melhor, nesse sentido, introjetando-se da cultura eurocêntrica. A linguagem seria neste sentido os valores adotados pelas pessoas negras, na assimilação da cultura da branca. Não estou afirmando que a FNB queria embranquecer, mas no contexto e sociedade no qual estavam inseridos, para eles, a superação dos “vícios da raça” seria uma mudança de comportamento, a ideia de civilidade que era atribuída aos brancos e perpassa muitas vezes nas mentes dos fretenegrinos.

A FNB acreditava que por meio da educação esta superação era possível, e utilizavam os jornais para disseminar e tentar romper com os “vícios”, infelizmente um povo que teve sua história e cultura negada e inferiorizada construído no seio de um complexo de inferioridade, dificilmente consegue compreender o jogo de sofisticação e as estratégias que o opressor utiliza para inferiorizar e deslegitimar outros grupos. Entretanto, apesar das contradições, não se pode deixar de afirmar a dialética existente

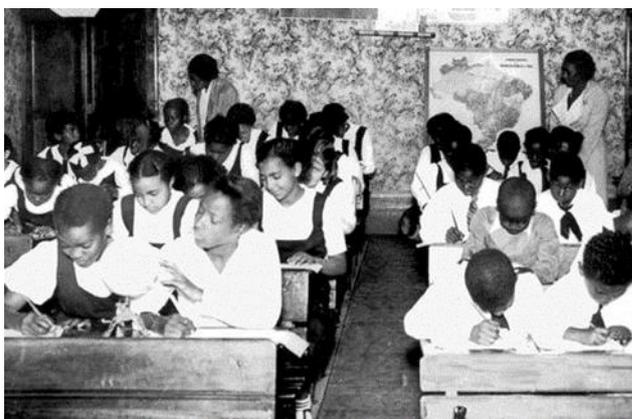
nessa relação, mesmo acreditando nos “vícios da raça”, as pessoas negras sabiam que o discurso era um instrumento de poder para massificar, legitimar e valorizar a própria moral das negras. O jornal da Frente – A Voz da Raça – era este instrumento de luta para afirmar a própria negritude e fortalecer a população de cor.

Em meio a tantas demandas sociais, o jornal, os clubes, os bailes e os cursos, a prioridade ainda assim era a educação. A FNB criou não apenas o curso de alfabetização, que chamavam de Educação Moral e Cívica, como também um projeto intitulado Liceu dos Palmares que tinha como finalidade ministrar o ensino primário, secundário, comercial e ginasial para a “população de cor” (Santos, 2007, p. 523-524).

O sistema de organização do ensino era por meio da junção de várias pessoas com faixas etárias diferentes, conhecido como classes multisseriadas,

O fenômeno das classes multisseriadas ou unidocentes, caracterizadas pela junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente submetida à responsabilidade de um único professor. (Santos e Moura, 2010, p. 02)

Muitos jovens alfabetizaram-se por meio desta modalidade de ensino na década de 30, já que não tiveram a oportunidade de estudar regulamentemente nas escolas. Abaixo temos uma foto retirada de uma das turmas da escola da Frente.



Fonte: <http://www.quilombhoje2.com.br/blog/?p=492>.

Acesso em 11 de set. de 2016.

Preocupados com as famílias das/ os estudantes na escola da FNB, foi construída uma comissão feminina chamada de Cruzada Feminina com a finalidade de prover os materiais didáticos e uniformes das pessoas, reduzindo ao máximo os

possíveis gastos que as famílias não tinham condições de pagar. A Frente promovia campanhas para poder arrecadar dinheiro e os filiados também contribuía com o caixa da organização.

Mesmo admitindo que sem as mulheres negras seria praticamente impossível manter a Frente, não foram encontrados relatos sobre o protagonismo das mulheres na luta contra o racismo. Segundo Barbosa (1998, p.40), as mulheres “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente a maior parte eram mulheres”. É perceptível o silenciamento sobre as relações de gênero existentes dentro da organização negra, pois as mesmas são citadas raramente e brevemente.

A partir do ano de 1934, as escolas mantidas e organizadas pela Frente passaram a ter professores pagos pelo Estado, mas vale ressaltar que apenas os professores do ensino primário eram contemplados com pagamento de salários, para os outros níveis como, por exemplo, o secundário, os professores eram leigos e ensinavam voluntariamente. Eram duas professoras nomeadas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para ensinar na escola, elas se chamavam Francisca de Andrade e Aracy Ribeiro (Domingues, 2008, p. 525).

A secretaria de educação passou a inspecionar a escola da Frente, recebia a visita do inspetor constantemente, até mesmo quatro vezes ao mês, já as outras escolas só recebiam a visita do mesmo duas vezes ao ano. Era rigorosa a forma como o estado de São Paulo acompanhava a escola, a Frente ainda teve que estabelecer a aplicação de exames finais e mais rigor no sistema de avaliação, a partir daí a escola passou a ter também os boletins escolares.

Existiam algumas críticas que os fretenegrinos faziam a própria representação das pessoas negras no livro didático. Estas representações os colocavam sempre em situação de fracasso ou negação, o que acarretava numa construção do complexo de inferioridade da “população de cor”. Vale ressaltar também, que aconteciam casos das professoras (remuneradas) praticarem discriminação com as crianças negras, tratando-as de forma diferenciada. Essa situação era contraditória com o objetivo da escola da Frente, já que as crianças negras eram recusadas e maltratadas nas outras escolas.

Ainda com muitos desafios e dificuldades, a educação era bandeira de luta para a Frente. A leitura era uma prática bastante valorizada, “eram instrumento de elevação intelectual e cultural da população de cor” (Domingues, 2008, p.528). Para ampliar ainda mais sua atuação, a Frente criou uma biblioteca a qual conseguiu algumas doações de

livros, inclusive os considerados clássicos, já em 1937 os professores sugeriram uma campanha para arrecadar livros infantis e montar uma biblioteca infantil para as crianças.

Vale ressaltar que, a FNB não era a única organização que oferecia cursos de formação para a “população de cor”, naquele período o Clube Recreativo também possuía uma escola. Além disso, a Frente sempre anunciava em seus jornais a importância da instrução (educação) e convidava outras organizações a fazerem o mesmo pela “população de cor”.

Outro elemento que precisa ser destacado é o interesse da FNB pela integração, para eles, o povo negro precisava ser integrado a sociedade e já que a população branca não fazia isso, nesse sentido, cabiam a eles procurarem seus direitos e lutar por igualdade de tratamento. “A defesa da FNB não era de uma ‘raça’, formada por uma única etnia. Mas, a valorização de uma ‘raça’ brasileira” (Oliveira, 2002, p. 77).

Destarte, apesar da pauta por educação e integração não ser recente na história do Brasil, muitos caminhos precisam ser trilhados, e só é possível desvelar caminhos e compreender o presente conhecendo a história, as raízes da cultura negra. Francisco Lucrecio, frentenegrino, em entrevista com Márcio Barbosa para o livro *A Frente Negra Brasileira Depoimentos*, aponta que,

Na classe intelectual só começavam a ver a Frente Negra com bons olhos depois de alguma luta, porque quando a Frente surgiu a combate foi terrível: achavam que nós iríamos separar a negro do branco e que iríamos formar um quisto racial. Tivemos de lutar para mostrar que realmente não era aquilo que eles pensavam e sim que nós existíamos para integrar o negro em toda a vida nacional. (Lucrecio apud Barbosa, 1998, p. 44)

Em 1936, os frentenegrinos resolveram criar um partido. O Partido da Frente Negra Brasileira foi criado e registrado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.



Fonte: Jornal Folha da Noite

Acesso em 11 de set. de 2016.

Na matéria publicada pelo jornal Folha da Noite, a Frente Negra como partido político assume o compromisso com a gente negra em defender os direitos da raça, pois, nenhum outro partido ou organização não negra tinha como pauta a luta em favor do povo negro (Domingues, 2008).

Porém, com o advento do Estado Novo no governo de Getúlio Vargas, foi determinado o fechamento de todos os partidos em dezembro de 1937. Segundo Aristide Barbosa,

A Frente acabou por injunção política. Quando deu o golpe político de 1937, o Getúlio fechou também a Frente Negra, isso eu faço questão de dizer porque todo mundo pensa que o Getúlio fechou a Frente por preconceito, mas ele fechou porque tinha ostensivamente lá na porta: "Frente Negra Brasileira, Órgão Político e Social da Raça". A Frente tinha virado um partido político, um bem estruturado partido político com ramificações no Brasil todo. O golpe de 37 terminou a fechamento de todos os partidos políticos, logicamente a Frente não poderia nem usar mais o nome. (Barbosa, 1998, p. 26)

Infelizmente, em decorrência disso a FNB acabou e as tentativas de reerguê-la não deram certo e a Frente fechou suas portas de vez. A Frente não conseguiu mais desenvolver suas atividades com a "população de cor", mesmo surgindo a União Negra Brasileira, substituindo o nome da FNB, os fretenegrinos não conseguiram dar continuidade ao movimento.

Tendo em vista tantas adversidades, que corroboraram para o fim da FNB, entende-se que esta organização negra foi de suma importância para não apenas para a educação do povo negro, como também para pensar e praticar ações coletivas que mostrassem a sociedade da década de 30 que a organização negra brasileira preocupada com a questão racial, construiu um legado de denúncia e resistência que marcou a história de nosso povo.

Considerações Finais

Diante de todo contexto apresentado, é possível afirmar que não há possibilidade de pensar o movimento negro sem associá-lo à ações educativas em prol das pessoas negras.

Ainda que existam desafios para acesso e formação da história e cultura africana e afrobrasileira, o legado deixado pelos antepassados negros, nunca se apagará em suas gerações futuras, pois não há frutos que sem raízes.

A bandeira de luta pela educação de qualidade, foi um dos elementos que impulsionou a criação da FNB, Nesse sentido, não distante do passado, até hoje o movimento social negro, em suas diversas camadas, incentiva a articulação de movimentos, organizações, núcleos, coletivos, pessoas, projetos e programas. A educação é o meio pelo qual se torna possível construir uma sociedade mais justa e com equidade.

Referências

ALVES, Ronaldo Cardoso. Consciência Histórica e Cultura Escolar: um estudo das especificidades que atuam na construção e aplicação do conhecimento histórico. XXIV Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História - ANPUH. 2007. Acesso em: 26 de jan de

2025. Disponível em:<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ronaldo%20Cardoso%20Alves.pdf>.

BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira: depoimentos/ entrevistas e textos. São Paulo; Quilombohoje, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a Questão da Educação. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39, p. 517-596. set./dez. 2008.

FANON, Frantz. Pele Negra Máscaras Brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. A Contribuição dos Negros para o Pensamento Educacional Brasileiro. IN: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (organizadoras). O Pensamento Negro em Educação no Brasil. São carlos: Ed. Da UFSCar, 1997.

MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos de 1930. 2002. 111 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. 2007. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

SANTOS, Fábio Josué; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógicas e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. IN: HAGE, Salomão Mufarrej. ANTUNES, Maria Isabel. Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada. - Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Tairine Cristina Santana de Souza

Doutoranda em Educação na linha de pesquisa História, Cultura Corporal e Lazer (HCEL). Estagiária/ tirocínio docente na ACCS Comunidade de Terreiro: diálogos culturais, pela Universidade Federal da Bahia(UFBA), na Faculdade de Educação (FACED), pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Mestra em Educação pela UFBA, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Graduada no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, no Centro de Formação de Professores - CFP. Participou como bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET vinculado ao MEC, com o Projeto Afirmação que contribui para o acesso e permanência qualificada de pessoas negras no ensino superior (2015-2017). Fundadora do Núcleo de Negras e Negros Irmandade Sankofa, na cidade de Amargosa -BA (2014). Trabalhou como Formadora Regional no Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, seguimento da Pré-Escola no período 2017/2018.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1092856583251531>
